

## Nova ação federal recebe críticas por não passar pelo Congresso



Waldemir Barreto/Agência Senado

Entre Jorge Viana e Romero Jucá, Renan critica o uso de decreto: "Quem representa o povo é o Congresso Nacional"

Governo instituiu por decreto a Política Nacional de Participação Social. Apesar de elogios aos objetivos da iniciativa, forma de implementação gerou reações

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou ontem em Plenário que conversou com a presidente Dilma Rousseff sobre a forma como foi criado o sistema que visa fortalecer instâncias

populares como conselhos e conferências: sem projeto de lei discutido pelos parlamentares, que representam a sociedade. Senadores governistas argumentaram que os conselhos não vão retirar poderes do Legislativo. **3**

**Morre no Rio ex-senador Marcello Alencar **2****

**Indicada para CNJ é aprovada em sabatina **7****

## Senado vai reduzir funções comissionadas **2**



Gerardo Magesa/Agência Senado

Vital (C) e Pimentel (D) acompanham depoimento de Paulo Roberto Costa

## Ex-diretor da Petrobras diz que não cometeu desvios

Ouvido na CPI da Petrobras, Paulo Roberto Costa considerou descabidas

acusações do Ministério Público de que ele teria superfaturado contratos. **6**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Iluminação especial no Palácio do Congresso Nacional para a Copa do Mundo: verde e amarelo desde o início deste mês

**Bancos financiam projetos para reduzir carbono **4****

**Instaladas 4 novas comissões de análise de MPs **5****

## Parlamento é atração para turistas na Copa

A capital federal deverá receber 490 mil turistas durante a Copa e o Congresso preparou exposição sobre os parlamentos dos 32 países representados no Mundial.

Haverá horários especiais de visitação, inclusive para visitas guiadas em idiomas estrangeiros, e distribuição de brindes e de folhetos informativos. **8**



José Cruz/Agência Senado

Senadores Ruben Figueiró (E) e Acir Gurgacz (no centro da mesa) debateram com especialistas, como os representantes do Ministério da Agricultura José Silvério da Silva e Cantídio Freitas Mundim Neto

## BC tornará públicos dados sobre todos os empréstimos rurais **4**

# Senado decide extinguir 42 funções comissionadas

Medida administrativa vai gerar economia de mais de R\$ 500 mil por ano. Convocação de aprovados em concurso será discutida na próxima reunião da Comissão Diretora, prevista para 2 ou 3 de julho

A COMISSÃO DIRETORA do Senado decidiu ontem extinguir 42 funções comissionadas, conforme informou o primeiro-secretário, Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O primeiro-vice-presidente, Jorge Viana (PT-AC), disse que o corte será feito a partir de entendimentos entre a Diretoria-Geral e diretores e chefes de setor.

— Vamos ter uma redução bastante significativa, de mais de R\$ 500 mil de despesa por ano — explicou Viana.

Na reunião, foram aprovados projetos de resolução prevenindo a formação de grupo interparlamentar do Brasil com a Malásia, com Cingapura e de apoio do Congresso Nacional à Organização das Nações Unidas (ONU).

Também foram acolhidos pela Comissão Diretora re-



Cortes anunciados por Flexa serão definidos com chefes de setor, segundo Viana

querimentos de pedido de informação a órgãos do Poder Executivo.

A possibilidade de convocação de concursados aprovados para cargos no Senado também estava na agenda da reunião de ontem, mas a pedido do presidente da Casa, Renan Calheiros, a decisão

sobre o assunto ficou para a próxima reunião da Comissão Diretora, prevista para a primeira semana de julho.

— Não tem nenhum concurso vencendo antes disso, o primeiro vence no dia 7 de julho e faremos uma reunião da Mesa no dia 2 ou 3 de julho — explicou Flexa.

## Promulgada resolução que beneficia Nordeste

O presidente do Senado, Renan Calheiros, promulgou a Resolução 12/2014, que destina recursos para o Projeto Dom Hélder Câmara. A medida autoriza a União a tomar empréstimo de US\$ 15,4 milhões junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida).

O Fida é uma agência de fo-

mento vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU) destinada ao financiamento de projetos agrícolas em comunidades rurais carentes em todo o mundo.

Sete estados do Nordeste serão contemplados com financiamentos por meio do do Projeto Dom Hélder Câmara. Serão beneficiadas 74

mil famílias de 129 cidades.

O projeto foi lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2001, para financiar iniciativas de combate à pobreza no semiárido nordestino.

O ato do presidente do Senado, Renan Calheiros, foi publicado na edição de ontem do *Diário Oficial da União*.

## Morre o ex-senador Marcello Alencar, 88 anos

Será sepultado hoje, no Rio de Janeiro, o ex-senador e ex-governador daquele estado Marcello Alencar. Ele morreu na madrugada de ontem, aos 88 anos, por complicações causadas por três acidentes vasculares cerebrais (AVCs). O presidente do Senado, Renan Calheiros, emitiu nota em que lamenta a morte (*leia abaixo*).

Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou requerimento de voto de pesar e destacou a atuação de Alencar na ditadura militar, como advogado de presos políticos como o líder estudantil Vladimir Palmeira, o ex-deputado Márcio Moreira Alves e o crítico de arte Mário Pedrosa.

Em 2012, Alencar foi homenageado pelo Senado na ceri-



Alencar foi advogado de presos políticos durante a ditadura militar

mônia em que foi devolvido simbolicamente o mandato dos oito senadores cassados pelo regime militar. Único vivo entre os agraciados, não compareceu devido aos problemas de saúde.

Alencar foi suplente do senador Mário Martins e assumiu o mandato, pelo MDB, de setembro a dezembro de 1967. Em 1969, foi cassado pelo Ato Institucional 5. Com a anistia, dez anos depois, filiou-se ao PDT de Leonel Brizola. Foi prefeito do Rio duas vezes. Na primeira (1983–1986), foi nomeado por Brizola, pois não havia eleição para prefeito de capital. Na segunda (1989–1993), foi eleito pelo voto popular.

Em 1993, entrou no PSDB de Fernando Henrique Cardoso, elegendo-se no ano seguinte governador do Rio. Deixou o governo em 1999. Em 2002, sofreu o primeiro AVC. Não voltou a disputar eleições, mas manteve atuação no PSDB.

### Nota de pesar

A notícia da morte de Marcello Alencar é motivo de muita tristeza para todos nós. Ex-governador do Rio de Janeiro, ex-prefeito da cidade do Rio e ex-senador, Marcello Alencar foi um exemplo de integridade e honradez. Como advogado, na época da ditadura militar, Marcello Alencar teve uma atuação destaca-

da na luta pelos direitos humanos dos presos políticos. Ele também foi vítima do regime militar ao ter o mandato de senador cassado, em 1969, pelo Ato Institucional 5. Uma injustiça que o Senado corrigiu em dezembro de 2012.

Em nome do Senado Federal, manifesto condolências à família de Mar-

cello Alencar, ao governo do estado do Rio de Janeiro, à prefeitura da cidade do Rio e ao PSDB, partido ao qual Marcello Alencar era filiado. O Brasil perdeu uma de suas referências políticas e um de seus filhos mais ilustres.

**Renan Calheiros**  
Presidente do Senado Federal

## Cristovam Buarque cobra “propostas transformadoras”

Cristovam Buarque (PDT-DF) cobrou “propostas transformadoras” dos candidatos à Presidência. Ele afirmou que o povo brasileiro anseia por algo novo.

Cristovam disse que os candidatos devem apresentar planos claros para questões como inflação, saúde, educação e segurança e ter consciência de que a democracia tradicional “caducou” e que o recurso da transferência de renda para combate à pobreza se esgotou.

— Nós precisamos mudar. Eu nem vou fazer aqui propaganda de mudar as pessoas no poder, mas de mudar a postura, o projeto de quem estiver no poder no próximo ano — afirmou.



Senador diz que plano de governo dos candidatos deve ser claro

## Ruben Figueiró propõe campanha pelo voto consciente

Ruben Figueiró (PSDB-MS) propôs que os partidos políticos e a Justiça Eleitoral promovam uma campanha nacional sobre a necessidade do voto consciente e contra o voto nulo.

Ele manifestou preocupação com as pesquisas que apontam um grande número de eleitores, mais de 30%, que pretendem anular o voto ou mesmo não votar, como forma de demonstrar repulsa à política e aos políticos.

— É exatamente o contrário. Negar-se ao direito de escolha é ajudar a fragilizar a democracia, distorcendo o quadro de representação parlamentar. Digo isso com a consciência tranquila, que o Brasil só melhora com a participação efetiva e o voto consciente.

Figueiró também lembrou a visita que o senador Aécio Neves (PSDB-MG) fez a Mato Grosso do Sul, na sexta-feira, em seminário que debateu questões importantes para o estado.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sem votação de matérias, a sessão não deliberativa é destinada a discursos de senadores.

### PRESIDÊNCIA Rádio e TV

12h O senador Renan Calheiros recebe o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Daniel Slaviero.

### MEDIDA PROVISÓRIA A Voz do Brasil

9h40 Continuação da reunião da comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 648/2014, que dispõe sobre a flexibilização do horário de transmissão do programa *A Voz do Brasil* durante a Copa do Mundo.

### CCJ Inibidores de apetite

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa proposta que suspende resolução da Anvisa e libera a venda de inibidores de apetite. Outra proposta pune com mais severidade atos de vandalismo praticados durante manifestações públicas.

### PROCESSO CIVIL Debate

11h A comissão que propõe mudanças no Código de Processo Civil promove audiência pública com a presença do ministro Luiz Fux, do STF.

### CPI MISTA DA PETROBRAS Graça Foster

14h A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Petrobras ouve a presidente da estatal, Graça Foster.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 11h, audiência pública na **Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Civil**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio)

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Política de Participação Social deveria ter sido criada por projeto de lei, segundo crítica apresentada por Renan Calheiros à presidente Dilma Rousseff, com apoio de outros senadores

# Senado reage a decreto que ignorou Congresso

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, informou ontem ter conversado com a presidente da República, Dilma Rousseff, sobre o decreto que criou a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social. Para ele, embora pertinente, a medida não devia ter sido tratada em decreto.

— Quem representa o povo é o Congresso Nacional e, por esse motivo, o ideal é que a proposta seja enviada através de um projeto de lei ou mesmo através de uma medida provisória, para que seja aqui aprimorada — afirmou Renan.

O Decreto 8.243/2014, editado no final de maio, consolida a participação social como método de governo e fortalece instâncias como os conselhos e as conferências. Para grande

parte dos senadores, muitos dos quais se pronunciaram em apoio a Renan, a iniciativa usurpa atribuições do Legislativo. Por esse motivo, tanto na Câmara quanto no Senado, foram apresentados projetos de decreto legislativo para sustar o decreto.

No Senado, o texto (PDL 117/2014) foi apresentado por Alvaro Dias (PSDB-PR).

— Há o entendimento de que essa medida não significa avanço, especialmente em razão da forma adotada. Temos que discutir, sim, a participação popular em todos os níveis, mas essa discussão se trava aqui no Congresso — argumentou Alvaro, que elogiou a reação rápida do presidente do Senado.

Pedro Taques (PDT-MT), relator do projeto na Comis-

são de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), criticou duramente o decreto. Para ele, esse tipo de instrumento não pode criar atribuições para a administração pública, que só é autorizada a fazer aquilo que a lei prevê.

— Decreto não é lei. Decreto serve para minudenciar, esclarecer, estabelecer o que está na lei. Esse decreto chega às raíais da inconstitucionalidade desvairada, chapada, evidente — criticou o senador.

## Apoios

O pronunciamento de Renan recebeu apoio de outros senadores. Ana Amélia (PP-RS) se disse confiante com a reação do Senado. Waldemir Moka (PMDB-MS) classificou o decreto como “inaceitável”.

Randolfe Rodrigues (PSOL-

AP) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) também discordaram da forma de apresentação da nova política, mas lembraram que a ampliação da participação popular é uma medida essencial para o país. Randolfe defendeu a aprovação, pelo Congresso, de um projeto sobre o tema.

— Espero que o Congresso Nacional aprove, e não criminalize, não demonize, não rotule, como eu tenho visto alguns tentando rotular e demonizar — lembrou Randolfe.

No mesmo sentido, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que o Congresso assumisse um compromisso de votar com rapidez projeto sobre o mesmo tema, a fim de tranquilizar a presidente da República.

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), disse acreditar que quem critica o decreto não o leu. Segundo eles, todos os instrumentos previstos no decreto já existem e o texto apenas os articulária em um sistema.

— Em nenhum momento esses conselhos ou qualquer uma dessas políticas têm caráter deliberativo, elas são apenas instâncias consultivas para o governo federal. Em nenhum momento invadem a competência, autoridade e autonomia do Poder Legislativo. Muita gente certamente não leu o decreto e por isso está equivocado — argumentou Humberto.

## Ana Rita elogia a iniciativa do governo federal

Ana Rita (PT-ES) elogiou a criação da Política Nacional de Participação Social. Ela explicou

que o funcionamento de conselhos, conferências, mesas de diálogo, fóruns, assim como a interação dos cidadãos via ambientes virtuais, são ações disciplinadas pelo governo que fazem parte do sistema nacional de participação. A senadora ressaltou que é impossível pensar na democracia sem fazer alusão aos conceitos de participação e de cidadania e acrescentou que a medida atende o clamor das ruas pelo protagonismo social no governo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Anibal defende o decreto e critica “prejulgamentos”

Anibal Diniz (PT-AC) repeliu “afirmações equivocadas” e “prejulgamentos” sobre a Política Nacional de Participação Social. Ele afirmou que o decreto apenas regulamenta previsões da Constituição e do Plano Plurianual aprovado pelo Congresso. O senador rejeitou a ideia de que os conselhos retirarão poderes do Legislativo.

— Não se trata de um decreto que caiu do céu ou que veio por força de uma inspiração apenas de quem está no comando, mas foi fruto de muita conversa.

Anibal registrou a presença dele no lançamento do Cadastro Ambiental Rural no Acre.



Aloneira Menezes/Agência Senado



Em Plenário, Renan informa que conversou com Dilma sobre a forma inadequada para apresentação da nova política

## Transparência tem sido prioridade, afirma Renan

Renan esclareceu ser totalmente favorável à ampliação da participação popular e se mostrou disposto a discutir a política prevista no decreto. Ele citou medidas que vem tomando desde que assumiu a Presidência da Casa com esse objetivo: criação do Conselho de Transparência, formado por integrantes da sociedade, e disponibilização para os cidadãos de todas as informações relativas a contratos, licitações, mão de obra, salários, convênios e pagamentos.

— Posso afirmar, sem nenhuma dúvida, que o Senado é a instituição pública mais transparente da América Latina.

O presidente do Senado informou que o percentual de respostas da Casa às solicitações de informação é superior a 99%. O tempo de resposta, em média, é a metade do estabelecido na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). Em 2012, primeiro ano de vigência da lei, o Senado respondeu a mais de 30 mil pedidos de informação.

Renan também citou seu compromisso com a defesa da liberdade de expressão e com a preservação da independência dos Poderes e da preservação da democracia representativa.

Além disso, o presidente do Senado informou que a Casa atingiu mais de 90% da meta de economia pretendida para o biênio 2013-2014, que é de R\$ 300 milhões. A economia foi realizada por meio de fusões, incorporações, extinção de órgãos e de funções, além da eliminação de

desperdícios e privilégios.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) elogiou as medidas administrativas citadas por Renan e lamentou que governos estaduais, prefeituras e tribunais não adotem a mesma postura transparente do Senado.

— Creio que o melhor caminho para o combate à corrupção é, sem dúvida, o caminho da transparência, dando oportunidade para o povo, para a nação, saber o que se passa pela Casa e como a Casa vem agindo.

## Supremo deve julgar hoje ações sobre número de deputados

O Congresso aguarda a definição do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as alterações no número de deputados federais de 13 estados, estabelecida por resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), lembrou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

— Há duas semanas fomos

surpreendidos com decisão do TSE ao usurpar uma competência exclusiva do Congresso Nacional e fixar o tamanho das bancadas dos estados na Câmara dos Deputados. Obedientes à lei, recorreremos e estamos aguardando o pronunciamento da Justiça, já que a Constituição

determina que essa é uma definição que cabe à lei complementar — explicou, destacando ter um compromisso com a independência dos Poderes e a preservação da democracia representativa.

O Supremo deve abrir a pauta de julgamentos de hoje avaliando sete ações

ajuizadas para derrubar a resolução do TSE (Resolução 23.389/2013). Cinco desses processos foram relatados pelo ministro Gilmar Mendes e dois pela ministra Rosa Weber.

A Mesa do Senado é autora de uma das ações: a que pede reconhecimento da cons-

titucionalidade do Decreto Legislativo 424/2013. Nele, o Congresso buscou sustar os efeitos da decisão do TSE que reduziu oito bancadas estaduais e aumentou cinco. O Senado alega que o tribunal extrapolou seu poder de cálculo das bancadas porque arredondou os números.

Em audiência pública na Comissão de Agricultura, representante do Banco Central disse que a instituição vai criar banco de dados sobre operações de crédito agrícola

## BC vai divulgar informações do crédito rural



Ruben Figueiró (4º à dir.) preside audiência da CRA que discutiu as políticas públicas de irrigação e de crédito rural

O BANCO CENTRAL deve lançar, no segundo semestre deste ano, um programa que vai reunir todas as informações relativas a crédito rural para a consulta pública. O Sidor — Sistema de Operações de Crédito Rural e do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) — foi detalhado em audiência ontem, na Comissão de Agricultura (CRA), sobre as políticas públicas de recursos hídricos para o semiárido e de crédito rural.

Segundo o representante do Banco Central, Deoclécio Pereira de Souza, pelo Sidor será possível visualizar todas as operações de crédito existentes no país e verificar se estão em atraso, se foram renegociadas ou liquidadas, entre outras situações.

— O fato é que o sistema vai permitir que nós tenhamos, o governo tenha, a sociedade, o Congresso, todos nós tenhamos informações com esse grau de sofisticação mensalmente — disse Souza.

Ele explicou que o BC está na primeira fase de implantação do Sidor, em que serão

disponibilizados os dados e as estatísticas sobre os contratos por região, estado e município. Em seguida, haverá a implantação dos dados sobre os fluxos de capital, o que permitirá verificar se as operações estão ativas, inadimplentes ou se foram prorrogadas.

Segundo o representante do BC, de 2 de janeiro de 2013 até 4 de junho de 2014, o Sidor mostra que houve 1.450.818 contratos de custeio firmados com bancos públicos e privados. Por sua vez, os contratos de investimento somam 2.317.337 no mesmo período.

De acordo com o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, João Guadagnin, o Sidor vai permitir ao ministério, por exemplo, a antecipação de problemas relacionados à inadimplência do Pronaf, que vem diminuindo, segundo ele.

— Hoje a inadimplência no Pronaf se situa próximo de 2%. Agora nós precisamos ter uma noção de onde eles estão localizados e isso o sistema do Banco Central em breve vai estar nos fornecendo. Então nós teremos condições de agir

com bastante agilidade nesses casos — afirmou.

De acordo com o representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wilson Vaz de Araújo, a pasta está projetando empréstimos da ordem de R\$ 156 bilhões para a safra deste ano. No ano passado, foram R\$ 136 bilhões.

Para Ruben Figueiró (PSDB-MS), que presidiu a segunda parte da audiência, os recursos são insuficientes.

— Os recursos foram realmente expressivos, mas ainda insuficientes para atender as necessidades do agronegócio, da agricultura e da pecuária do nosso país — afirmou.

### Pesca

No caso da pesca, segundo o representante do Ministério da Pesca e Aquicultura, Alexandre Luís Giehl, foi lançado o Plano Safra da Pesca e Aquicultura em 2012, com a meta de aumentar a produção de pescado. Em 2012, a produção ficou próxima de 1,2 milhão de toneladas e a expectativa para este ano é de alcançar 2 milhões de toneladas.

## Irrigação melhora o IDH de municípios, dizem especialistas

A irrigação melhora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), fixa o homem no campo e aumenta a produtividade da agricultura. Mas o manejo da água deve ser feito com planejamento eficaz e chegar aos que dela precisam, segundo os participantes da audiência da Comissão de Agricultura (CRA) que discutiu ontem políticas públicas de recursos hídricos.

Hypérides de Macedo, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), disse que a gestão dos recursos hídricos tem melhorado a vida dos nordestinos desde que a água chegou aos locais adequados, de terreno fértil e produtivo: os tabuleiros.

— Houve integração de bacia. Ela integra água, solo,

energia e estrada, estrada com produção, energia com transformador e água onde tem solo — explicou.

A política de açudagem deve ser aprimorada, com a construção de mais açudes terciários, disse Macedo. A água não pode ser mantida num grande reservatório, pois evapora sem ser utilizada. Para ser destinada à irrigação, o caminho é a construção de mais adutoras. Ele também defendeu as obras da transposição de águas do Rio São Francisco.

Cantídio Mundim Neto, representante do Ministério da Pesca e Aquicultura, afirmou que a piscicultura nos reservatórios das usinas hidrelétricas e a produção de camarão estão sendo estimuladas.

## Ministério da Agricultura espera aumento da produtividade

O representante do Ministério da Agricultura, José Silvério, afirmou que o Brasil tem 5,8 milhões de hectares de lavouras irrigadas, responsáveis por 20% da produtividade nacional e por 43% em termos de valor econômico da produção agrícola do país.

Para fazer frente às necessidades de alimentos da população e ainda preservar o meio ambiente, disse, é preciso aumento de produtividade, e não do território plantado. Segundo ele, o governo espera a expansão

da área irrigada, com acréscimo de cerca de 11 milhões de hectares até 2030.

— Esperamos uma elevação da produtividade agrícola de 20% em termos dos principais grãos — disse.

Silvério destacou que há uma ação coordenada entre os Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente para viabilizar programas e projetos sobre uso da água.

Especificamente para a Região Nordeste, afirmou, estão sendo preparados gestores.

## Baixo carbono pode ser fonte de lucro, afirmam especialistas

A economia de baixo carbono voltou à pauta da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), que ontem fez audiência pública sobre investimentos em iniciativas sustentáveis. Participaram representantes de instituições financeiras e do Ministério da Fazenda.

Bancos já adotam uma política de responsabilidade ambiental para financiar projetos de energia renovável, restauração florestal, recuperação de áreas degradadas, transporte, saneamento ambiental, tratamento de resíduos sólidos. O desenvolvimento dessas tecnologias contribui para a redução de gases do efeito estufa, especialmente o gás carbônico (CO<sub>2</sub>), e das alterações no clima da Terra.

Segundo Gabriel Visconti,

superintendente de Meio Ambiente do BNDES, muitas empresas do setor privado estão interessadas em investimentos de impacto sustentável.

— Esses projetos dotam as empresas de maior eficiência no uso dos recursos com redução de custos ou no aumento da lucratividade — disse.

Financiado pelo BNDES e vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, um exemplo é o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), que investiu R\$ 174 milhões em 180 projetos ao longo de três anos para iniciativas de adaptação das populações vulneráveis à mudança do clima e de mitigação e compensação de emissões de carbono.

O chefe de Responsabilidade Socioambiental do Banco Central, Rodrigo Porto, expli-



Alfredo Sirkis (2º à esq.) coordena debate com Visconti, Porto e Pereira

cou que os funcionários estão sendo capacitados para avaliar eficiência, oportunidades e riscos desse tipo de negócio.

Para Aloísio Lopes Pereira, coordenador da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, as empresas privadas devem ser menos dependentes de políticas de incentivos para mitigação

das emissões de carbono. Ele lembrou que o Brasil, com a redução do desmatamento e o uso de energias renováveis, está próximo de alcançar o compromisso assinado no Protocolo de Kyoto para redução de emissão de gases que causam o efeito estufa.

— Nosso olhar aqui é muito mais para uma agenda de ins-

trumentos para uma política pós-2020 — explicou.

Pereira mencionou exemplos de países desenvolvidos compradores de créditos de carbono, em tonelada de CO<sub>2</sub> (principalmente Japão e membros da Comunidade Europeia), e os que já estabeleceram um sistema de tributação de emissão, caso do México e do Chile.

O presidente da comissão, deputado Alfredo Sirkis (PSB-RJ), sugere para os países que consigam alcançar as metas de 2020 a criação de uma espécie de “moeda do clima”.

— Isso serviria para adquirir produtos, serviços e tecnologias devidamente certificadas que levem a uma subsequente redução de emissões, assim engendrando um círculo virtuoso — argumentou Sirkis.



Senador Romero Jucá (em pé à dir.) ouve deputados na instalação da comissão mista destinada a examinar a MP que dispõe sobre a adição de biodiesel ao diesel

## Congresso instala quatro novas comissões mistas para análise de MPs

Entre as medidas a serem analisadas, estão a que reajusta a tabela do Imposto de Renda e a que trata da adição de biodiesel ao óleo diesel

FORAM INSTALADAS ONTEM quatro comissões mistas que vão analisar as MPs 643/2014, 644/2014, 646/2014 e 647/2014. Os trabalhos começam na próxima semana.

Caberá à senadora Ana Amélia (PP-RS) a condução dos trabalhos da comissão que debaterá a MP 643/2014. A medida autoriza a ampliação do mandato do diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), excepcionalmente, por mais dois anos.

Atualmente, o dirigente do ONS tem mandato de quatro anos, com possibilidade de uma recondução. Na justificativa do governo, a intenção é evitar problemas de continuidade em um momento em que o país enfrenta dificuldades no abastecimento de água, o que pode gerar crise na geração de energia. A matéria será relatada pelo deputado Alexandre Santos (PMDB-RJ) e tem validade até 23 de

junho. A comissão tem como vice-presidente o deputado Manoel Junior (PMDB-PB) e como relatora-revisora a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

### Imposto de Renda

Outra comissão instalada foi a da MP 644/2014, que prevê a atualização de 4,5% na tabela de base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). O colegiado será presidido pela deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) e terá como relator o senador Humberto Costa (PT-PE). A vice-presidência ficou a cargo do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) e a relatoria-revisora, com o deputado Beto Faro (PT-PA). A medida vence em 30 de junho.

Já a comissão de análise da MP 646/2014, que simplifica o processo de emplacamento de máquinas agrícolas, terá como presidente a deputada Luci Choinacki (PT-SC) e como

vice, o senador José Pimentel (PT-CE). A relatoria está nas mãos do senador Gim (PTB-DF) e o relator-revisor será o deputado Sandro Mabel (PMDB-GO).

Com a MP, o emplacamento passa a ser feito uma única vez para trator ou outras máquinas para trafegar em vias públicas. Assim, essas máquinas ficariam dispensadas da renovação do licenciamento. A medida vale até 8 de agosto.

Também foi instalada a comissão que analisará a MP 647/2014, que trata da adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final. O percentual passará de 5% para 6% a partir de 1º de julho e para 7% a partir de 1º de novembro de 2014.

A comissão vai ser presidida pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO) e terá como vice o deputado Júnior Coimbra (PMDB-TO). O deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP) será

o relator e o senador Walter Pinheiro (PT-BA), o relator-revisor.

A medida também estabelece que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) poderá, a qualquer tempo, por motivo justificado de interesse público, reduzir o percentual de volta a 5%. A MP vence no dia 10 de agosto.

### Reuniões suspensas

Por falta de quórum para deliberação ontem, as reuniões de instalação das comissões que irão analisar a MP 645/2014, que concede auxílio financeiro a famílias atingidas por desastres naturais, e a MP 648/2014, que flexibiliza o horário de transmissão do programa *A Voz do Brasil* em junho e julho para transmissão dos jogos da Copa, foram adiadas para hoje.

As comissões mistas serão instaladas a partir das 9h30, no Plenário 6 da Ala Nilo Coelho.

### Sessão para votação de vetos presidenciais é cancelada

O presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, anunciou ontem o cancelamento da sessão que iria analisar 14 vetos da presidente Dilma Rousseff a projetos de lei e uma proposta que viabiliza aumento de remuneração de servidores da Polícia Federal.

Para conceder o reajuste, o Executivo apresentou o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 5/2014, a fim de eliminar vedação prevista na LDO deste ano (Lei 12.919/2013).

Dos 14 vetos em pauta, seis derrubaram integralmente propostas aprovadas pelos parlamentares. Os vetos estão na pauta desde maio, mas a falta de acordo tem adiado as votações.

### Comissão Mista de Orçamento só deve se reunir em julho

A reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) foi cancelada ontem por falta de quórum mínimo para deliberações e o colegiado só deve voltar a se reunir no começo de julho.

Ainda está pendente de votação o relatório preliminar sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015. O documento, já com emendas acolhidas, foi divulgado pelo relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), semana passada. Após a aprovação do texto, será aberto o prazo para a apresentação de emendas à LDO 2015. A LDO deve ser votada até 17 de julho para que o Congresso possa entrar em recesso.

### Viana destaca 2º transplante de fígado realizado no Acre

A realização do segundo transplante de fígado no Acre foi destacada por Jorge Viana (PT-AC). O senador disse que a cirurgia foi bem-sucedida. Segundo Viana, a família do doador é de Mato Grosso do Sul. Por problemas de logística, dez estados recusaram o órgão. Mas o governo do Acre fretou uma aeronave para buscar o fígado, que foi para o paciente com maior compatibilidade.

O senador relatou que o primeiro transplante de fígado no estado foi feito em abril. Para ele, é um exemplo do avanço do Acre na saúde pública.

— Um transplante como esse só é feito em grandes centros, com recursos bem mais amplos que os do Acre. Isso exigiu, então, um esforço maior ainda da equipe de médicos. É uma conquista.

Viana também disse que entregou ao jovem haitiano Jales Volf August o visto da embaixada francesa, que permite que ele possa seguir viagem para Martinica, no Caribe, para encontrar a família.

### Humberto ressalta ações do Brasil Sorridente

O líder do PT, Humberto Costa (PE), comemorou os dez anos do Programa Brasil Sorridente, que promove restauração e extração de dentes, tratamento de canal, de gengivas, diagnóstico de câncer de boca, implantes e correção da arcada dentária. O senador destacou ainda a ação preventiva do programa, com adição de flúor na água encanada.

Segundo Costa, a saúde bucal sempre foi tratada com descaso, mas, na última década, o governo decidiu oferecer gratuitamente o serviço.

Hoje, segundo ele, 45% dos jovens na faixa dos 12 anos estão livres de cáries. E, nesta década, caiu pela metade o número de adultos e adolescentes que tiveram perda de dente.

— Mais de 80 milhões de brasileiros são atendidos anualmente — afirmou.

### Cidinho quer punir médico que atrasar atendimento

A longa espera para ser atendido pelos médicos prejudica a saúde dos pacientes, disse Cidinho Santos (PR-MT). O senador anunciou a apresentação de projeto (PLS 179/2014) que muda o Código de Defesa do Consumidor para punir o atraso nas consultas.

Pela proposta, o médico que atrasar de 30 minutos a 1 hora será punido com um desconto de 50% no valor da consulta. Nos atrasos de mais de 1 hora, o desconto subirá para 70%.

Cidinho explicou que, hoje, a falta de pontualidade no atendimento é uma das principais queixas dos usuários de planos de saúde. Como o atraso também é grande no Sistema Único de Saúde (SUS), ele pediu ao governo que adote penalidades também para o atraso nos hospitais públicos.

### Casildo alerta para a judicialização da saúde

O grande número de demandas judiciais no setor de saúde representa o contraste entre o direito constitucional e as carências no sistema, segundo Casildo Maldaner (PMDB-SC). O senador considera que a judicialização distorce o acesso universal à saúde, pois só beneficia quem pode arcar com os custos e aumenta a despesa do Sistema Único de Saúde com demandas judiciais.

O senador também cobrou a regulação do setor de saúde suplementar, argumentando que os usuários sofrem com planos de alto custo e que dessa regulação depende o futuro do setor.

— Devemos buscar, de forma refletida e técnica, critérios que restabeleçam a segurança jurídica por meio de decisões que conciliem saúde suplementar, saúde pública e a proteção ao consumidor.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Ex-diretor nega desvio de verbas na Petrobras

Em depoimento à CPI da Petrobras, o ex-diretor Paulo Roberto Costa disse que não superfaturou contratos nem desviou recursos lavados pelo doleiro Alberto Youssef

O EX-DIRETOR DE Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa declarou à CPI da Petrobras no Senado ontem não haver qualquer cabimento na acusação do Ministério Público de que ele teria usado a condição de executivo da estatal para superfaturar contratos e desviar recursos que seriam lavados pelas empresas do doleiro Alberto Youssef.

— Acho que a Polícia Federal, o Ministério Público ou quem quer que seja devia aprofundar as análises dentro da Petrobras. Vão chegar à conclusão de que a Petrobras não é isso que estão falando. A Petrobras é uma empresa que orgulha o povo brasileiro e não tem isso que estão falando dela — disse.

O ex-diretor afirmou ainda que não sabia que Alberto Youssef era doleiro e que teria sido apresentado a ele pelo ex-deputado José Janene, que morreu em 2010. Costa admitiu, porém, que uma empresa de consultoria aberta por ele depois que se aposentou da Petrobras prestou serviços ao doleiro, recebendo um carro pelo trabalho.

Costa e Youssef foram presos em março pela Operação

Lava-Jato, que identificou um esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas, com movimentação estimada em R\$ 10 bilhões. O ex-executivo foi solto em maio, por decisão do ministro do STF Teori Zavascki, mas Youssef permanece preso.

— Alberto Youssef falou: “Paulo, eu posso te pagar essa consultoria em espécie ou posso te comprar um carro aqui”. Como eu estava precisando trocar de carro, falei: “Então, compra o carro no valor da consultoria”. Aqui constam R\$ 250 mil, mas, na realidade, a consultoria foi de R\$ 300 mil — relatou Paulo Roberto Costa.

O ex-diretor contou que, além de Youssef, atendeu 81 contratos de consultoria nas mais diversas áreas, como mineração e fornecimento de bens e serviços.

## Dinheiro

O relator da CPI da Petrobras, senador José Pimentel (PT-CE), perguntou qual seria a origem do dinheiro — R\$ 762.250, US\$ 181.495 e € 10.850 — apreendido pela Polícia Federal na casa do ex-diretor da Petrobras. Segundo Paulo Roberto Costa, os dólares são resultado de economias; os euros seriam usados numa viagem; e os reais destinavam-se a uma série de negócios.

O senador Humberto Costa (PT-PE) listou um conjunto de empresas que têm contratos com a Petrobras e que fizeram doações a campanhas eleitorais. O líder do PT citou nominalmente políticos do PSDB que teriam recebido essas doações e quis saber se Paulo Roberto Costa ajudou alguma campanha.

— Não atuei. Isso não me competia. Não era da minha participação na companhia. Eu sempre fui um técnico e nunca deixei de ser um técnico — enfatizou.

Ao avaliar a participação de Paulo Roberto Costa na CPI, Humberto disse que o depoimento foi satisfatório,

principalmente no que diz respeito a questões técnicas. Na avaliação do senador, como muitas acusações foram negadas, só será possível esclarecer a verdade quando chegarem os documentos referentes à Operação Lava-Jato já requisitados pela comissão de inquérito.

## Abreu e Lima

Paulo Roberto Costa também negou ter havido superfaturamento na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Segundo ele, a Petrobras divulgou, em 2005, que o empreendimento custaria US\$ 2,5 bilhões sem ter ainda o projeto da refinaria, tampouco definições sobre processos licitatórios. Hoje, o custo está estimado em cerca de US\$ 18 bilhões.

Como tem ocorrido, nenhum senador da oposição participou da audiência com Paulo Roberto Costa. Após a reunião, Pimentel informou que planeja dar continuidade à investigação de questões relativas à Abreu e Lima. O gerente-geral de Implementação de Empreendimentos para a refinaria, Glauco Colepicolo Legatti, será o próximo a depor, em data a ser definida.



Relator, José Pimentel (D) ouve o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, ao lado de Antonio Carlos Rodrigues

## Costa defende compra da refinaria de Pasadena

A exemplo de outros executivos que já depuseram na CPI da Petrobras, o ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa confirmou que a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, era necessária e foi um bom negócio na época da realização, em 2006.

— Naquele momento era um bom negócio. Ninguém coloca petróleo cru na indústria, no carro ou no avião. Ter refinaria é algo importante e estratégico — explicou.

Paulo Roberto Costa, que chegou a ser preso pela Polícia Federal na Operação Lava-Jato, que desarticulou um esquema de lavagem de dinheiro, negou participação no processo de negociação para a compra da refinaria no Texas. O ex-diretor disse apenas ter indicado técnicos para a empresa.

## “Não há organização criminosa na estatal”

Paulo Roberto Costa criticou a imprensa, que, segundo ele, publicou fatos irreais, sem lhe conceder o direito de defesa nos 59 dias em que esteve preso. Disse também que a Petrobras é uma empresa séria e competente:

— Fiquei esse tempo recluso e muita coisa foi dita de forma antiética. Repúdio com veemência a acusação de que a Petrobras é dominada por organização criminosa — afirmou.

O ex-diretor destacou os danos que lhe causaram “as informações sem fundamento” veiculadas pela mídia.

— Só virei diretor depois de 27 anos de casa. Não caí de paraquedas. E fui diretor durante 8 anos. Ninguém fica 8 anos como diretor de uma empresa como a Petrobras se não agir com competência e com ética. Tenho família e nome a zelar — ressaltou.

## Empresa de consultoria foi aberta em 2012

Para manter o padrão de vida depois de se aposentar da Petrobras em 2012, Paulo Roberto Costa disse que abriu a Costa Global Consultoria, tendo a filha como sócia. A empresa chegou a ter 5 funcionários e 81 contratos.

— Acho que diretores e presidentes da Petrobras deveriam ter o que se chama de quarentena. Quando saem da companhia, devem ficar de seis meses a um ano em casa, porque têm domínio de informações importantes da companhia. Infelizmente a Petrobras não entende assim — lamentou.

Ele não soube informar todos os nomes dos clientes, pois, segundo ele, os contratos estavam nos computadores apreendidos pela Polícia Federal.

— Mas tive até um contrato para vender uma ilha das Organizações Globo perto da Rodovia Niterói-Manilha.

## Depoente diz que bens de filhas são lícitos

O depoimento do ex-diretor da Petrobras à CPI que investiga irregularidades na estatal durou mais de quatro horas. Na última rodada de perguntas do relator, José Pimentel, Paulo Roberto Costa negou irregularidades no patrimônio das filhas e genros e disse também não ter orientado parentes a sumir com provas de interesse da Operação Lava-Jato, que resultou na prisão dele e do doleiro Alberto Youssef, em março.

— Basta olhar o Imposto de Renda deles. Não tenho nada a dizer. Olha a declaração deles e checa. Tenho certeza de que não há nada de irregular — afirmou.

Ele terminou o depoimento de forma emocionada, negando as acusações e dizendo-se injustiçado e sem saber por que foi vítima de “ilações e absurdos”.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portella  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos,  
 João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:**  
 Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

# Comissão aprova Nancy Andrichi para o Conselho Nacional de Justiça

Ministra do Superior Tribunal de Justiça deve ocupar o cargo de corregedora, caso a indicação seja confirmada em votação no Plenário

A ATIVIDADE DE repressão e punição na Justiça deve ser feita em silêncio e com efetividade. A opinião é da ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Nancy Andrichi, aprovada ontem, por unanimidade, em sabatina da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para ser corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entre 2014 e 2016. A indicação agora segue com urgência para o Plenário.

A ministra disse que seu trabalho no CNJ será feito “como o de um pai dentro de casa, que corrige com firmeza, mas sem expor o filho à aviltamento”. Nancy se definiu como uma juíza de carreira, com quase 40 anos de magistratura. Ela lembrou as dificuldades enfrentadas em Herval (RS), sua primeira comarca: o fórum tinha energia por gerador e às vezes funcionava à luz de velas. Também trabalhou na Justiça do Distrito Federal, onde ajudou na implantação pioneira das juntas de conciliação.

— Está aqui uma juíza que luta com todas as forças para não envelhecer, pois envelhecer é abandonar os sonhos e achar que tudo está acabado.

Nancy respondeu questões sobre similaridade da Justiça brasileira com a de outros países, rigor das penas, penas alternativas, equilíbrio entre os Poderes e importância da mediação. Ela defendeu o uso de tecnologia, como o Skype, para ganhar tempo e



Em sabatina com Vital do Rêgo (C) e o atual corregedor, Francisco Falcão, Nancy diz que pretende “corrigir com firmeza”

economia nas oitivas e apoiou o estabelecimento de metas e prioridades para a Justiça. Sugeriu que juízes aposentados continuem a trabalhar, em um quadro paralelo, para colaborar na agilidade judiciária.

O presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), lembrou a carreira da indicada, desde a Justiça gaúcha até o STJ e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde também exerceu o cargo de corregedora. Para ele, a indicação representa o “sentimento de justiça que tanto quer o povo brasileiro”.

## Boas ideias

Pedro Simon (PMDB-RS), relator da indicação, registrou que Nancy tem mestrado em mediação, é professora de direito civil, palestrante e autora de diversas publicações na área jurídica. Ao propor a aprovação, disse que a história de vida da ministra “trans-

cende os ritos formais de um currículo”. Para ele, é visível a opção da ministra por “semear boas ideias”.

— Ao tomar posse como corregedora, a ministra mais uma vez vai iniciar a semente de uma terra que tem se mostrado mais fértil no campo do direito — disse Simon.

José Agripino (DEM-RN), Eduardo Suplicy (PT-SP), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Alvaro Dias (PSDB-PR) também elogiaram a ministra e manifestaram confiança em sua atuação no CNJ.

O ministro do STJ Francisco Falcão, atual corregedor do CNJ, elogiou a indicada e disse que Nancy certamente dará continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido nos últimos anos no conselho.

Falcão aproveitou para fazer uma espécie de prestação de contas. Contou que, no último biênio, o CNJ fez 24 visitas a

tribunais de Justiça, cobrindo quase todos os estados. No mesmo período, o conselho implantou o Projeto Juiz na Comarca, como forma de aproximar a Justiça do cidadão comum; promoveu concursos para cartórios estaduais e a implantação de juzgados especiais para eventos esportivos, como a Copa das Confederações e Copa do Mundo. Também foram propostos 23 procedimentos administrativos contra magistrados, com 16 afastamentos. O ministro Falcão afirmou que a maioria dos juízes é composta por “pessoas de bem, que cumprem o seu dever”.

Pela manhã, estava prevista a sabatina de Emmanoel Campelo de Souza Pereira, indicado pela Câmara dos Deputados para ser reconduzido ao CNJ no biênio 2014-2016. A sessão, no entanto, foi adiada para 1º de julho.

## Adiado exame de projeto sobre trabalho escravo

Foi transferida para 1º de julho a reunião da Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais. O colegiado iria se reunir ontem para exame de emendas ao projeto que regulamenta o trabalho doméstico (PLS 224/2013 — Complementar) e o que trata da expropriação das propriedades rurais e urbanas em que se constate a prática de trabalho escravo (PLS 432/2013).

Os dois projetos são relatados por Romero Jucá (PMDB-RR). Na semana passada, ele votou pela rejeição das 58 emendas da Câmara ao PLS 224/2013, elaborado para regulamentar a Emenda Constitucional 72, sobre trabalho doméstico, promulgada em abril de 2013. Após a leitura do relatório, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) pediu vista do projeto.

O texto que regulamenta a Emenda 81, relativa ao trabalho escravo, recebeu 55 emendas, das quais Jucá acolheu 29. Uma das questões polêmicas é o conceito de trabalho escravo. Muitas emendas pretendiam incluir a jornada exaustiva e as condições degradantes na caracterização, mas o relator as rejeitou por considerar os conceitos subjetivos. Foi mantida a definição do projeto, que considera para a caracterização do trabalho escravo a submissão a trabalho forçado, sob ameaça de punição, com uso de coação ou com restrição da liberdade pessoal.

## Ana Amélia aponta benefícios da Copa ao país

Ana Amélia (PP-RS), citando dados da Embratur, disse que cerca de 600 mil turistas estrangeiros estarão no país durante a Copa do Mundo. Além disso, mais de 3 milhões de brasileiros devem viajar pelo país.

A estimativa, afirmou a senadora, é de que os desembolsos do turismo na Copa possam chegar a R\$ 6,5 bilhões.

Ana Amélia disse que, apesar das falhas no planejamento da Copa do Mundo, muitos brasileiros estão se esforçando para receberem bem os turistas e oferecer-lhes bons produtos.

— São inúmeras ações no país que mostram qualidades admiráveis do povo brasileiro, como a criatividade, a cordialidade, a receptividade e a hospitalidade. Serão oportunidades ímpares para mostrar aos visitantes e aos próprios brasileiros que a nossa sociedade, mesmo com problemas, mesmo com divergências políticas, também tem vantagens em outras áreas — disse.

## Suplicy espera que metrô não pare no Mundial

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu cautela aos metroviários e sugeriu ontem em Plenário que a categoria não faça nova paralisação no metrô de São Paulo amanhã, dia da abertura da Copa do Mundo, quando a Seleção Brasileira joga contra a equipe da Croácia, no Itaquerão, na capital paulista.

Segundo Suplicy, os metroviários suspenderam ontem a paralisação, mas prometeram novos protestos caso o governo paulista não reveja as 42 demissões ocorridas durante a greve.

O senador avalia que o reajuste pedido pelos metroviários, de 12,2%, é bem superior à inflação nos últimos 12 meses, que foi de 5,82%. O governo de São Paulo ofereceu aumento de 8,7%.

— Analisando os últimos dez anos, o ajuste de 8,7%, para uma inflação de 5,82%, é o que dá maior ajuste positivo para os metroviários — avaliou Suplicy.

## Vanessa ressalta benefícios da criação do Banco do Brics

A importância da criação do Banco do Brics, que será anunciada em 14 de julho, em Fortaleza, durante a 6ª reunião de cúpula do grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, foi destacada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Segundo a senadora, na reunião, os membros do Brics vão definir a sede do banco e assinar um acordo para criação de um fundo, com o objetivo de oferecer empréstimos a países. A China contribuirá para o fundo com US\$ 41 bilhões; Brasil, Rússia e Índia, com US\$ 18 bilhões cada um; e a África do Sul com US\$ 5 bilhões.

O principal objetivo do banco, disse Vanessa, é financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável dos seus países-membros, mas outras nações também vão ser beneficiadas.

— A criação de um banco, de um novo fundo de desenvolvimento, trará um equilíbrio maior na correlação de forças no cenário internacional — explicou.

## Ferraço quer representação efetiva do Brasil na OEA

A atuação da diplomacia brasileira na assembleia da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em Montevideo (Uruguai), de 3 a 5 de junho, foi elogiada por Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

O senador disse que o presidente do Equador, Rafael Correa, propôs medidas que esvaziariam e prejudicariam a capacidade de ação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, como sua reestruturação e a retirada da sede de Washington (EUA). Segundo Ferraço, a delegação brasileira, de forma autônoma, liderou a articulação que impediu a proposta de seguir adiante.

No entanto, o senador cobrou representação efetiva do Brasil na OEA. Essa representação é interina desde impasse criado em 2011, por causa da construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

— Parece-me chegada a hora de um profundo processo de reflexão que leve em consideração o que almejamos em nossa participação na OEA — disse.





Desde o início de junho, o Palácio do Congresso está com iluminação nas cores verde e amarela, assim como uma série de edifícios e monumentos da capital federal

## Congresso tem atrações especiais para os visitantes durante a Copa do Mundo

Capital federal deverá receber 490 mil turistas no período da Copa, sendo 75 mil estrangeiros, segundo estimativas do governo distrital

**ILUMINAÇÃO ESPECIAL** DAS cúpulas do Senado e da Câmara, exposição virtual *Parlamentos da Copa*, horários especiais de visitação, inclusive em idiomas estrangeiros, distribuição de brindes e folhetos informativos. Essas são algumas das ações preparadas pelos setores de comunicação das duas Casas do Legislativo federal para celebrar o aumento de visitantes na Copa.

O Palácio do Congresso Nacional recebeu iluminação nas cores verde e amarela, que já decoram outros pontos de Brasília, em uma parceria com a Companhia Energética de Brasília (CEB). No Salão Negro, espaço de recepção dos visitantes, dois telões irão exibir imagens e dados sobre os parlamentos dos 32 países participantes do Mundial da Fifa. Informações de cunho geográfico e político, como território, população, regime de governo e tipo de parlamento — unicameral ou bicameral — fazem parte da exposição. O objetivo é estimular o intercâmbio cultural e político,

revelando curiosidades desses países.

— Festejar o grande evento do futebol é muito bom, mas aproveitar este momento único de conagração entre as nações para avivar a cultura geral e os conhecimentos sobre política é melhor ainda — afirma Davi Emerich, secretário de Comunicação Social do Senado.

A exposição estará disponível na internet, para os que não puderem conferir de perto.

O turista também contará com a distribuição de brindes e material informativo. Entre eles, mascotes do Congresso Nacional, especialmente criados para a Copa, feitos de papel, para que as crianças possam cortar e montar. Além disso, serão entregues ao público infantil gibis do *Eu Sen'adoro um Passeio*, de Ziraldo e da Turma do Plenarinho. Para os adolescentes e adultos, foram criados cartões postais comemorativos, que podem ser enviados com o selo pré-pago desde que depositados na urna do Salão Negro. Para

auxiliar as pessoas a localizar outros pontos do turismo cívico, estarão disponíveis folhetos do Grupo de Visitação Institucional Integrada em Brasília (Viibra), do qual o Congresso faz parte.

Na opinião da relações-públicas da Câmara dos Deputados Déborah Achcar, diversificar as ações em ocasiões especiais é fundamental.

— Parte significativa de nossos visitantes reside em Brasília e no Entorno, já fez a visita e retorna com amigos e parentes. Ficam satisfeitos ao serem recebidos com algo novo — explicou.

### Horário estendido

Com a expectativa de mais turistas visitando a capital federal, o programa de visitação do Congresso ampliou em uma hora o horário de atendimento ao público. Com isso, até 18 de julho o Senado e a Câmara abrem as portas aos visitantes das 8h30 às 17h30. Os passeios começam às 9h e os grupos saem a cada meia hora.

A exceção fica para as terças e quartas-feiras, quando as visitas só são realizadas mediante agendamento pelo site [www.congressonacional.leg.br/visite](http://www.congressonacional.leg.br/visite). Nesses dias, também há maior rigor em relação ao vestuário (homens não podem entrar de bermuda, nem mulheres de sandália rasteira, por exemplo).

Nos dias de jogos da Copa, também haverá mudanças. O horário da visitação será das 8h às 11h nos dias de partidas da Seleção Brasileira — em qualquer cidade — e não haverá atendimento nos dias de jogos em Brasília.

De acordo com o responsável pela visitação, Aguirre Estorilio, o número de visitantes já vem aumentando e a expectativa é de que a tendência continue durante o torneio.

Exposição virtual *Parlamentos da Copa*, download dos moldes dos bonecos de montar e mais informações no site oficial da visitação ao Congresso: [www.congressonacional.leg.br/visite](http://www.congressonacional.leg.br/visite)

## Rádio Senado lança site especial sobre o Mundial

Já está no ar a página especial com os programas produzidos pela Rádio Senado para a Copa do Mundo. Histórias, curiosidades, a participação do Legislativo, a cobertura radiofônica das Copas e as canções que fizeram parte da trilha sonora dos Mundiais.

O programa *Histórias das Copas*, produzido por Filipe Kafino, conta fatos marcantes e curiosos dos Mundiais em 30 episódios. Um deles foi a Batalha de Berna — jogo entre Brasil e Hungria na Copa de 1954, na Suíça.

A série de dez programas *Rádio nas Copas*, de Jefferson Dalmoro e Rodrigo Resende, traz a cobertura radiofônica dos Mundiais, o que, no Brasil, começou em 1938.

O spot *Senado na Copa*, de Pedro Henrique Costa, explica a participação do Legislativo na aprovação de leis que possibilitaram a realização do evento no Brasil, especialmente a Lei Geral da Copa.

O *Curta Musical*, produção de Guilherme Miquelutti, traz cinco programas especiais: músicas que falam de futebol, trilhas sonoras dos Mundiais, jogadores que se aventuraram como músicos, ídolos do futebol que inspiraram canções e o disco oficial da Copa de 2014.

E até 14 de julho, o programa *Conexão Senado* apresenta diariamente o quadro “11 minutos”, com informações sobre a Copa: notícias, comentários e resultados dos jogos.



## Órgãos oferecem turismo cívico integrado em Brasília

Criado informalmente há três anos e formalizado em 2013, o Grupo de Visitação Institucional Integrada de Brasília (Viibra) reúne 15 órgãos públicos federais e distritais em um acordo de cooperação técnica e cultural e de intercâmbio de conhecimentos relacionados ao turismo cívico e institucional.

Entre os objetivos do grupo, estão a formação, o aperfeiçoamento e a especialização técnica de pessoas envolvidas

com esse trabalho, além do desenvolvimento institucional. Entre os órgãos signatários, estão o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e os Correios.

O site do grupo ([www.viibra.gov.br](http://www.viibra.gov.br)) reúne informações em português, inglês e espanhol sobre os programas de visitação, fotos e dicas sobre a capital federal.

O secretário-executivo do Viibra e assessor da Coordenação de Relações Públicas

do Senado, Aguirre Estorilio, disse que a missão do Viibra é integrar ações para melhor atender visitantes.

— É por entender que as instituições públicas são patrimônio de todos os brasileiros, e esse patrimônio deve ser valorizado, mostrado, preservado, no melhor padrão de atendimento ao público possível, que surgiu o Grupo de Visitação Institucional Integrada — explicou.

### Participantes do Viibra

- Memorial TJDF (http://bit.ly/viibraTJDF)
- Palácio do Planalto (http://bit.ly/viibraPlanalto)
- Palácio da Alvorada (http://bit.ly/viibraAlvorada)
- Museu Histórico da OAB (http://bit.ly/viibraOAB)
- Museu da Imprensa (http://bit.ly/viibraImprensa)
- Congresso Nacional (http://bit.ly/viibraCongresso)
- Supremo Tribunal Federal (http://bit.ly/viibraSTF)
- Palácio do Itamaraty (http://bit.ly/viibraltamaraty)
- Tribunal Superior Eleitoral (http://bit.ly/viibraTSE)
- Ministério Público Federal (http://bit.ly/viibraMPF)
- Secretaria de Turismo do DF (http://bit.ly/viibraSetur)
- Câmara Legislativa do DF (http://bit.ly/viibraCamaraDF)
- Museu Nacional dos Correios (http://bit.ly/viibraCorreios)
- Museu do Superior Tribunal Militar (http://bit.ly/viibraSTM)
- Centro Cultural Três Poderes (http://bit.ly/viibraMuseuCidade)
- Museu de Valores do Banco Central (http://bit.ly/viibraMuseuValores)